

## A RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Gabriela Honorato dos Santos<sup>1</sup>  
Matheus Medeiros Aguiar<sup>2</sup>  
Isabella Machado Fleury Jubé<sup>3</sup>

---

**Resumo:** A luta da raça negra contra o racismo social não é recente. A história é puramente marcada por lutas de liberdade, e ainda hoje, o enraizamento cultural é combatido. Uma das primeiras ações afirmativas no Brasil foi a “Marcha do Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, em 1995. Esta iniciativa gerou espaço para diversas discussões e programas de inclusão social. Em 2009 foi fundado o projeto “Novembro Negro”, que exerce as atividades que promovem a aceitação. Outrossim a escola, além de propagadora de ideologias também exerce papel de descortinamento de valores, servindo de mediadora dos conflitos raciais existentes e trabalhando de forma contínua no processo de formação ideológica dos infantes. Por vez, as instituições superiores de ensino destinam um número de vagas aos estudantes especificadamente negros, entre outras minorias. Assim, estes mecanismos de inclusão funcionam de maneira dinâmica e, simultaneamente, fazem com que haja maior acesso aos direitos, independente dos ramos raciais. Assim, o presente ensaio busca abordar a eficácia e necessidade dessas políticas, embasando-se na valorização da identidade negra que neste contexto é fundamental compreender as ações realizadas para determinado fim.

**Palavras-chave:** Relações sociais. Racismo. Aceitação racial. Inclusão. Enraizamento cultural.

---

### Introdução

As políticas afirmativas são medidas que investem, de maneira proativa, em atividades que promovam o exercício da igualdade social em busca da proteção de minorias. Há anos tratar essa questão baseava-se entre um desinteresse acompanhado de negação, e hoje, tende-se a repercutir ideais sociais preconceituosos (FERREIRA e CAMARGO, 2010). De encontro à ideia da prevalência deste fato, André (2007) afirma que o conjunto de iniciativas afirmativas possui aplicabilidades eficazes não somente na autovalorização do grupo vitimado, mas de toda a visão social sobre este.

Para os negros, o sistema de cotas e o arrolamento do valor das raças nas escolas são recursos eficazes para o combate do estereótipo social formado. Essas políticas de valorização identitária combatem dados comprovados de desigualdade, como os comprovados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2009, na revista “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”: os domicílios mais vulneráveis à violência e a outros fatores externos serem chefiados por negros; os/as negros/as terem 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca; e a maior parte dos atendimentos se concentra em usuários/as com faixa de renda entre um quarto e meio salário mínimo, distribuições que evidenciam que a população de mais



baixa renda e a população negra são, de fato, SUS-dependentes. Portanto, é imprescindível uma reestruturação social diante da aceitação da diversidade de raças, e as políticas afirmativas servem como facilitadores deste processo de igualdade.

Foi portanto realizado um estudo bibliográfico de obras e arquivos publicados entre os períodos de 2006 e 2015, inerentes à importância dos projetos afirmativas e seus reflexos no reconhecimento racial da sociedade em geral.

## Desenvolvimento

Devido ao passado histórico de subordinação vivenciado pelo negro no Brasil, torna-se essencial a efetividade das políticas de recuperação e superação das desigualdades raciais. A história do negro é marcada por lutas de liberdade, evidenciadas por resistências, revoltas, assassinatos e fugas, sendo que, os quilombos são importantes exemplos de insurreições travadas por eles. É de extrema importância destacar, que com a abolição da escravatura, o negro não foi inserido na sociedade mas foi lançado a condição de miséria e subordinação às estruturas de classes dominantes (DOMINGUES, 2011).

Uma das primeiras ações afirmativas a fim da busca pela igualdade racial dos negros no Brasil ocorreu em 1995, denominada “Marcha do Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida<sup>14</sup>”. Nesse mesmo período, fundou-se o “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra”, que desenvolveu propostas e estudos nas diversas esferas econômicas, sociais e educacionais.

O Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, busca a efetividade da implantação da Lei 10.639/03 transformada este ano na Lei 11. 635, focando no sucesso de projetos como: a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho; a regulamentação das terras das Comunidades Quilombolas; o acesso da população negra às universidades; a melhor distribuição de renda; o acesso à saúde e educação com qualidade; o direito a cultura e lazer; habitação; o respeito às religiões de matrizes africanas; e o combate efetivo do racismo, ao machismo e a homofobia.

---

<sup>4 4</sup> Marcha do Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela cidadania e pela Vida: evento que ocorreu em novembro de 1995 na capital federal, reunindo cerca de 30 mil pessoas. Este se deu em comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo maior da resistência negra brasileira.



Na comemoração dos 314 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em 2009, iniciou-se o projeto “Novembro Negro”, inauguração que ocorreu na cidade de Salvador (Bahia). Hoje este repercute todos os anos desde então todo mês de novembro.

### História afro-brasileira na educação escolar

A sociedade contemporânea é composta por classes desiguais e isso não é diferente no ensino, que responde a um capital cultural em que as regras já são premeditadas. Pierre Bourdieu (1979), mediante tais operações de seleção, aponta que a escola separa aqueles que são detentores de ‘capital cultural’ dos que são dele desprovidos. Logo, as crianças que possuem uma cultura racista em suas casas acabam sendo ensinadas e propícias a crescerem com princípios racistas tão quanto seus progenitores. E assim, no cenário escolar percebe-se de forma clara a influência sociológica racista, que se mostra sorratamente infiltrada.

A deficiência no tratamento dos problemas raciais nas escolas brasileiras comprovam a necessidade da abordagem racial. Os trabalhos culturais, envolvidos com a construção de brinquedos africanos, e participação de grupos com a divulgação cultural da capoeira e do grupo do congo por exemplo, fazem com que as crianças entendam a história, beleza e a cultura da raça negra.

Aos alunos, faz-se importante explicar o porquê dos traços, tais como a cor, o tipo de cabelo, as expressões fenotípicas no geral. Aos de uma idade mais avançada, com um senso crítico maior, é necessário a explanação da origem, legados e cultura afrodescendente. A cristalização ideológica e valorizadora da raça negra se dá em frações aprendidas no decorrer dos dias. É um processo de analogias e complexidades, porque se os alunos não entenderem a importância histórica e as contribuições folclóricas, musicais, religiosas e culinárias dos negros sequer um dia compreenderão a diversidade geral das raças. Assim, o convívio juntamente com a metodologia igualitária, quebram o preconceito, e, a cada experimentação com a imagem do negro concomitantemente é acrescentado o senso de igualdade das raças na construção moral.

Segundo o doutor em Ciências da Educação Moacir Gadotti (1988) *apud* Ferreira e Camargo (2010), “a escola é uma instituição socializadora de fundamental importância por revelar a ideologia opressor/oprimido e dominante/dominado, e passa a funcionar como potente difusora da ideologia dominante”. Outrossim a escola, além de propagadora dessa



ideologia também exerce papel de descortinamento de valores, servindo de mediadora dos conflitos existentes.

Sobre o ensino da história afrodescendente, Luiza Barros (2013), ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) defende que:

“O que se espera é que os mais jovens, que estão tendo acesso ao conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, que nenhum de nós de gerações anteriores recebeu, possam contribuir de forma mais efetiva para um Brasil democrático, pautado no respeito à diversidade. Um Brasil que acredite na igualdade racial, porque valoriza suas matrizes africanas; porque reconhece as contribuições da África e de seus descendentes para a formação do país.”

A importância de uma educação continuada sobre a igualdade racial implica na reformatação de uma visão de mundo. Na perceptível influência social, as escolas, instituições de orientação e formação crítica, necessitam constantemente abordar temas que enfatizem a cultura negra, seus legados e origens.

## Cotas

Assunto referido como uma das questões mais difíceis de serem defendidas, as cotas geram dúvidas sobre sua efetividade, bem como seus objetivos. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, afirma que:

“Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Essa reserva de vagas tem como objetivo um processo de equidade a fim de promover uma futura igualdade, isto é, tratar desigualmente os desiguais. Tal ação visa compensar os negros e outros que foram segregados no passado dando-lhes a oportunidade de acesso ao ensino superior, visto que, por serem marginalizados anteriormente ainda sofrem com menores oportunidades de acesso ao ensino. A efetividade dessa política afirmativa foi apresentada em 2010 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de



Ensino Superior (ANDIFES) que relatou o aumento da participação de negros nas universidades, que antes era de 5,9%, e chegou a 8,72%; o de pardos passou de 28,3% para 32,08%”.

Assim, sugere-se que essas medidas sejam somente provisórias, pois necessita-se de ações para que os antes segregados possam elevar seu grau social. Isso pode ser alcançado com o aumento da qualidade da educação infantil e a valorização da cultura.

### Considerações Finais

Como exemplificado neste ensaio, as políticas afirmativas funcionam como forma de compensar o que foi retirado no passado de certas minorias ou contrapor uma linha de raciocínio preconceituosa. Além disso, elas visam quebrar barreiras informais e formais, ofertando a essas minorias maiores chances de serem inseridas na sociedade.

O Brasil, país que tem a segunda maior população negra do mundo, constitui cotas nas diversas universidades, o que certamente pode resultar numa diminuição gradual da discrepância racial nas instituições.

Como no caso dos negros retratados nesse ensaio, é observado um preconceito racial precoce, visto a necessidade do contato com políticas afirmativas desde a infância.

Essas políticas se tornam indispensáveis na educação escolar pelo fato das crianças ainda serem imaturas em seus conhecimentos, como afirmava John Locke, no ensaio sobre o conhecimento humano, 1690: “a mente humana é tabula rasa”. Logo, nestas mentes ainda infantis, é possível perceber que o processo de incluir ações afirmativas é ainda mais efetivo onde a ação pode gerar uma construção de consciência racial, ciente de que existem diversidades e valores a serem aceitos e construídos neles enquanto crianças. Logo, como uma forma de esperança enquanto houver mecanismos que tentem promover a igualdade, haverá chances da existência de uma sociedade onde o negro é aceito, não somente pelos outros, mas por ele mesmo construindo sua identidade racial.

### Referências

ANDRÉ, Maria da Consolação. **Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2007000200010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200010)>. Acesso em: 24 out. 2016.



BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Lei n.º 12.711**. 29 de agosto de 2012. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**. 09 de janeiro de 2003. "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 24 out. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **"Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição**. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00118.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013)>. Acesso em: 21 out. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Lei 10.639/03 completa uma década**. 2013. Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas\\_noticias/2013/01/lei-10-639-03-completa-uma-decada](http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/01/lei-10-639-03-completa-uma-decada)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

